

## PROCESSOS DE INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO QUILOMBOLA NAS POLÍTICAS URBANAS DA CIDADE\*

Quilombola inclusion and participation processes in the city urban policies

Procesos de inclusión y participación Quilombola en las políticas urbanas de la ciudad

### Ricardo Lopes Correia

Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.  
[toobii@gmail.com](mailto:toobii@gmail.com)

### Marco Akerman

Docente da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, USP e Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina do ABC, FMABC, São Paulo, Brasil.  
[marco.akerman@gmail.com](mailto:marco.akerman@gmail.com)

### Samira Lima da Costa

Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.  
[biasam2000@gmail.com](mailto:biasam2000@gmail.com)

### Resumo

A participação na cidade deve considerar os processos de envolvimento coletivo em ocupações para as tomadas de decisão, planejamento e engajamento sobre o desenvolvimento e expansão de seus espaços públicos e sociais. Este artigo é uma análise da prática em Terapia Ocupacional que sumariza as intervenções construídas junto a uma Comunidade Quilombola, para a criação de um Plano Diretor Participativo Local, incluindo tal população enquanto cidadãos de direito na pauta do desenvolvimento da cidade. Considera-se que terapeutas ocupacionais podem produzir espaços de atuação no planejamento urbano das cidades, se suas intervenções estiverem balizadas pelas ocupações coletivas e políticas públicas de urbanização.

**Palavras-chave:** Comunidade; Desenvolvimento local, Direito à cidade; Ocupações coletivas; Planejamento urbano; Terapia ocupacional.

827

### Abstract

Participation in the city should consider the processes of collective involvement in occupations for decision making, planning and engagement in the development and expansion of its public and social spaces. This article is an analysis of the practice in Occupational Therapy, which summarizes the interventions constructed, together with a Quilombola Community, for the creation of a local participatory director plan, including such population as citizens of right in the agenda of the development of the city. It is considered that occupational therapists can find spaces of action in the urban planning of cities, if their interventions are marked by collective occupations and public policies of urbanization.

**Keywords:** Community; Local development; Right to the city. Collective occupations; Urban planning; Occupational therapy.

### Resumen

La participación en la ciudad debe considerar los procesos de involucración colectiva en ocupaciones para las tomas de decisión, planificación y compromiso sobre el desarrollo y expansión de sus espacios públicos y sociales. Este artículo es un análisis de la práctica en Terapia Ocupacional, que resume las intervenciones construidas, junto a una Comunidad Quilombola, para la creación de un plan director participativo local, incluyendo tal población como ciudadanos de derecho en la pauta del desarrollo de la ciudad. Se considera que terapeutas ocupacionales pueden encontrar espacios de actuación en la planificación urbana de las ciudades, si sus intervenciones están balizadas por las ocupaciones colectivas y políticas públicas de urbanización.

**Palabras claves:** Comunidad; Desarrollo local; Derecho a la ciudad; Ocupaciones colectivas; Planificación urbana; Terapia ocupacional.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRÁTICA

A Comunidade Rural Quilombo Remanescente do Jaó está localizada no interior de São Paulo, com demandas geradas por vulnerabilidades socioeconômicas, decorrentes da segregação espacial com o centro da cidade, fortemente determinadas pelo racismo, implicando no embarreiramento para o desenvolvimento local.

## 2. DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA

As ações foram iniciadas em novembro de 2011 (em andamento), a partir de um projeto de extensão universitária. Primeiramente foram apresentados a equipe e o coordenador do projeto<sup>a</sup> às lideranças locais. A partir das demandas enunciadas, realizaram-se reuniões periódicas para desenhar, coletivamente, o projeto de intervenção.

Foi utilizado pela equipe de Terapia Ocupacional o modelo de Desenvolvimento Local<sup>1</sup>, para conhecer e compreender a realidade do Quilombo e suas demandas. O modelo compreende o desenvolvimento como expansão de liberdades individuais e coletivas através da conversão de habilidades em capacidades<sup>2</sup> - formas de envolvimento ativo, consciente e crítico, determinadas pela emancipação e interdependência, construídas e significadas pela imersão nas redes de atividades cotidianas que permitem a manutenção e/ou as transformações das questões da vida local.

Para as atividades práticas foi utilizada a abordagem de ensinagem em desenvolvimento local participativo (EDLP)<sup>3</sup>, balizadas pela lei 10.257/01<sup>4</sup>(Estatuto da Cidade), o qual dispõe sobre os instrumentos de planejamento, desenvolvimento e expansão das cidades. O raciocínio de terapeutas ocupacionais é orientado à criação e exploração de estratégias educativas para a construção de projetos de vida coletiva, a partir da mútua relação entre sociedade civil, poder público, instituições do terceiro setor e privadas.

Assim, em julho de 2012 foi implementado o projeto denominado “Plano Diretor Participativo Local” durante sete dias consecutivos, a partir das estratégias que se seguem.

---

<sup>a</sup>A equipe de extensão foi composta, na época, por 2 estudantes e 1 docente do curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, SP.

### **Estratégia 1: Imersão**

Tratou-se do “mergulho” (*embeddedness*<sup>5</sup>) no contexto do Quilombo durante todo o período da intervenção, a fim de conhecer a paisagem local, as atividades realizadas cotidianamente pela população, suas histórias de vida e, especialmente, a formação de vínculos. A figura 1 retrata parcialmente a paisagem local do Quilombo e a principal atividade de trabalho relacionada à agricultura familiar.

**Figura 1.** Retratos da imersão local: paisagens do Quilombo



Fonte: dos autores

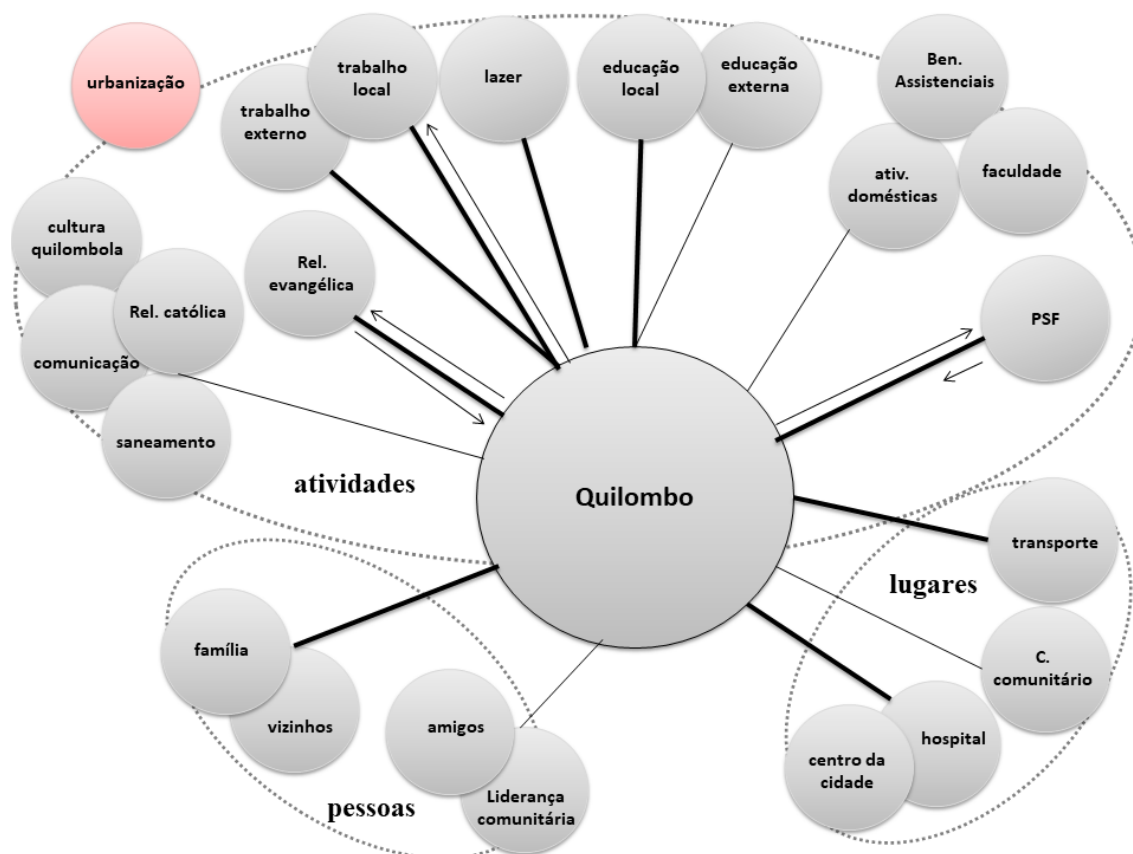
829

### **Estratégia 2: Mapeamento das redes de suporte**

No segundo e terceiro dia foram realizados mapeamentos das redes de suporte, a fim de identificar como as demandas enunciadas eram percebidas a partir das relações entre moradores em suas atividades cotidianas e lugares. Para isso, foi utilizado o ecomapa<sup>6,7</sup>, um diagrama solar para registrar as percepções de indivíduos e coletivos sobre as estruturas e os modos de participação nas redes sociais de suporte<sup>7,8(b)</sup>. Os mapas foram construídos a partir de 40 visitas domiciliares, com o apoio de uma equipe de 15 estudantes de outras áreas do conhecimento que participaram de outras ações do projeto extensão. Durante a estratégia de visitas foram realizadas atividades de conversas abertas sobre as histórias de participação dos/as moradores/as, com duração média de 50 minutos. Produziram-se 40 ecomapas que foram analisados pela equipe através da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS)<sup>9</sup>, gerando ao final um ecomapa representativo da população (figura 2).

<sup>b</sup> A partir da perspectiva de Ann Hartman a rede social de suporte compreende as estruturas cotidianas que oferecem apoio (positivo ou negativo) às realizações e participações nas atividades do dia a dia e/ou universo de “coisas” e materiais, junto a pessoas e ao universo de lugares e/ou ambientes. As redes possuem qualidade, como os vínculos de importância, de investimento e conflitos.

**Figura 2.** Ecomapa representativo do Quilombo do Jaó



**Fonte:** dos autores

O ecomapa representativo registrou vínculos fortes e de alto investimento social, afetivo e econômico com as atividades de trabalho agrícola dentro do Quilombo, assim como as atividades escolares, de autocuidado enquanto manutenção da saúde e atividades religiosas, particularmente as neopentecostais. Destacou-se a ausência de vínculos com o centro da cidade, denominado como “vazio relacional”<sup>9</sup>, afirmando a demanda enunciada.

Os/as moradores/as foram convidados/as pela equipe e lideranças a participar, no dia seguinte, de uma roda de conversa na sede da Associação de Moradores para debater coletivamente as informações produzidas no ecomapa e deliberar encaminhamentos junto à prefeitura.

### **Estratégia 3: Rodas de conversa**

Foram realizadas duas rodas de conversa<sup>10</sup>, no quarto e sexto dia. A primeira compreendeu um espaço coletivo e temático somente entre moradores/as, para que os mesmos pudessem aprofundar impressões e experiências a respeito das estruturas de suporte da rede. A roda teve duração de 3 horas, contando com a participação de 22 moradores/as de várias

idades. O ecomapa foi retomado enquanto ferramenta de organização temática para orientar o diálogo em roda e objetivar as deliberações (demandas de curto, médio e longo prazo) a serem encaminhadas junto ao poder público. A equipe facilitou o debate abrindo espaços de comunicação para que todos/as pudessem se manifestar democraticamente.

As principais questões debatidas estiveram em torno das precarizações das atividades de trabalho, em particular pela falta de incentivos financeiros pelo poder público. A ausência de associativismo e cooperação entre moradores/as também foi destacada e o sentimento de baixa autoestima decorrente do racismo e preconceito social praticado pela população, majoritariamente branca do centro da cidade, que, segundo os participantes, os sujeitava enquanto comunidade “pouco desenvolvida e atrasada”.

Ao final da roda a equipe apoiou as lideranças para redigirem uma carta com as deliberações e suas justificativas, a fim de facilitar a comunicação com os representantes do poder público. Também foi proposta pela equipe a realização de oficinas, a fim de envolver os/as moradores/as nas atividades relacionadas ao plano diretor.

**Estratégia 4: Oficinas locais e projeto de vida coletiva**

As oficinas foram criadas e operadas entre equipe e lideranças, e compreenderam temáticas objetivas e interativas, a fim de produzir conteúdos sobre a realidade local e servir enquanto Leitura da Cidade dos/as moradores/as do Quilombo (Tabela 1).

**Tabela 1.** Oficinas locais

Horário	Temática	Objetivo	Recursos
10hs-12hs	<i>Paisagem local.</i>	Produzir imagens do Quilombo	Máquinas fotográficas e celulares
12h-13hs	<i>Cultura tradicional</i>	Realizar apresentação de jongo e capoeira com jovens	Instrumentos musicais e sala ampla
13hs-15hs	<i>Redes sociais de suporte.</i>	Produzir consciência crítica sobre as redes de suporte e as questões da vida local	Barbante e fotografias impressas
15hs-17hs	<i>Precisamos de um plano diretor?</i>	Compreender o que é plano diretor e suas especificidades para Comunidades Tradicionais	Sala ampla, equipamentos audiovisuais, lei 10.257/01 e Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Participaram 56 moradores, 3 professores da escola local, 1 agente comunitária de saúde, 3 representantes da Secretaria de Saúde, 1 da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e 1 da Educação, totalizando 65 participantes (figura 3).

**Figura 3.** Atividades da oficina local.



**Fonte:** dos autores

No dia seguinte, as lideranças convocaram uma reunião com representantes da prefeitura. Compareceram 18 moradores, o secretário de saúde, o secretário de obras e planejamento junto do seu assessor, e um vereador, totalizando 22 pessoas (Figura 4).

**Figura 4.** Roda conversa entre moradores e representantes do poder público.



**Fonte:** dos autores

Após o debate facilitado pela equipe, os participantes encaminharam um documento com as principais demandas locais (Tabela 2) para ser inserido enquanto pauta no Conselho Municipal da Cidade (CMC) e o processo de revisão do plano diretor.

**Tabela 2.** Plano diretor participativo local

<b>Setor</b>	<b>Demandas</b>
<b>Educação</b>	1. Implantação de ensino médio na escola local 2. Acesso a cursos profissionalizantes
<b>Saúde</b>	1. Ampliação dos serviços da Estratégia de Saúde da Família 2. Tratamento odontológico especializado 3. Ampliação e acesso a medicamentos para doenças crônicas 4. Contratação de morador do Quilombo como Agente Comunitário de Saúde
<b>Trabalho</b>	1. Ampliar recursos de crédito e políticas para compra de equipamentos para a agricultura familiar 2. Ampliar as hortas familiares 3. Estimular novas atividades de trabalho
<b>Infraestrutura e transporte</b>	1. Criação de linhas e itinerários de ônibus 2. Implantação de iluminação nas principais vias públicas 3. Instalação de internet na Associação de Moradores 4. Conserto de computadores e instalação de rede 5. Tratamento de água em poços artesianos

Seis meses após a entrega do Plano Diretor as demandas de curto prazo foram atendidas pela prefeitura: duas lideranças femininas foram convidadas para integrar, uma o Conselho Municipal de Saúde (CMS) e outra moradora para o Conselho Municipal da Cidade (CMC). A equipe de Terapia Ocupacional do Projeto de Extensão foi convidada pelo CMC a assessorá-lo no processo de estratégias de participação das populações com trajetórias de exclusão social na elaboração do plano diretor da cidade, como a própria comunidade Quilombola, e demais comunidades rurais e moradores de bairros de assentamento e em situações de vulnerabilidades, em especial aqueles em processos e em situação de favelização.

### 3. ANÁLISE CRÍTICA DA PRÁTICA

Por meio das estratégias de EDLP foi possível fortalecer relações de confiança entre sociedade civil e poder público, a partir do envolvimento em atividades coletivas para a construção de um projeto de vida denominado plano diretor participativo local, contribuindo com a inclusão da Comunidade Quilombola enquanto cidadã de direito no desenvolvimento e expansão da cidade, mobilizando o poder público para a criação de estratégias para garantir a participação da sociedade civil nos processos de planejamento urbano.

Historicamente as populações que residem e produzem suas identidades em contextos rurais são compreendidas enquanto comunidades localistas, formadas por grupos solidários e com hábitos de vida simples, entendidas como pouco desenvolvidas<sup>12</sup>. Em oposição, as populações urbanas são relacionadas à ideia de cidades complexas, industrializadas, como sinônimo de sociedade, e, portanto, desenvolvidas. Essa oposição entre sociedade e comunidade<sup>13</sup> revela os descompassos das políticas urbanas, em garantir instrumentos específicos para incluir na pauta do desenvolvimento e expansão das cidades as especificidades socioculturais de Comunidades Tradicionais.

No processo tardio de expansão urbana das cidades brasileiras, início dos anos 1940, acentuou-se a exclusão de Comunidades Quilombolas enquanto cidadãos de direito das cidades, por conta dos interesses da industrialização e especulação imobiliária<sup>11</sup>. Com a autonomia dos municípios conquistada na Constituição Federal de 1988, esses passaram a operar, regular e gerir políticas e recursos conforme suas especificidades locais. No entanto, com as intensas modificações históricas do espaço social brasileiro, os municípios não acompanharam a criação de instrumentos eficazes para incluir essas populações no planejamento das cidades, gerando, a elas, fortes iniquidades econômicas, sociais e ambientais.

A cidade enquanto produção urbana é polissêmica e apresenta interesses ideológicos. No entanto, contemporaneamente passou a ser compreendida enquanto espaço social fluido, de constantes transformações, com a participação de diversos segmentos populacionais, de forma livre, justa e democrática<sup>14</sup>.

Um novo sentido de urbanidade contribui para incluir populações historicamente marginalizadas na pauta do desenvolvimento. Assim, as políticas urbanas surgem como um conjunto de ações que devem ser criadas e operadas pelo Estado junto aos diversos segmentos da sociedade civil, a fim de garantir as decisões, o planejamento, o acesso e o engajamento de indivíduos e coletivos no espaço social, garantindo a cidadania e a governança no desenvolvimento local<sup>11</sup>.

Com a criação do Estatuto da Cidade, lei 10.257, de 2001<sup>4</sup>, estabeleceram-se diretrizes para o “uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”(s/p.)<sup>4</sup>, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que dispõem sobre a criação de políticas urbanas para regular



democraticamente as cidades<sup>15</sup>. Para isso, o Estatuto prevê o Plano Diretor Participativo como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (s/p.)<sup>4</sup>.

O Plano Diretor Participativo deve assegurar o atendimento das demandas populacionais quanto à “qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (s/p.)<sup>3</sup>. Trata-se de um instrumento obrigatório aos municípios, que deve ser instituído por lei municipal e servir à “gestão democrática baseado no diálogo permanente do governante com a sociedade civil” (p. 9)<sup>3</sup>. Para tanto, o plano diretor prevê e estimula a criação de estratégias como a Leitura Comunitária<sup>3,15</sup>, que é o registro das percepções e demandas das pessoas sobre o local em que vivem. É produzida a partir de saberes múltiplos e variados recursos que irão complementar as leituras técnicas sobre a cidade, como as do uso do solo, do impacto de vizinhança, das zonas especiais de interesse, dos recursos hídricos, dos planos orçamentários, etc., formando um amplo conjunto de documentos que irão orientar a expansão e desenvolvimento da cidade por um período de 10 anos<sup>3,15</sup>.

O não compromisso do poder público municipal em garantir a participação da sociedade civil pode caracterizar improbidade administrativa<sup>4</sup>. Por isso, é necessário que o poder público faça investimentos em ações comunitárias e conte com apoio técnico de profissionais, para além daqueles tradicionalmente recrutados, como Urbanistas e Geógrafos.

A este respeito, a Terapia Ocupacional, já superada pela produção exclusiva de conhecimentos individualizantes sobre a ocupação humana e encontrando-se epistemologicamente com outros campos para além da saúde, pode contribuir com o desenvolvimento das cidades, em especial pelos conhecimentos produzidos em torno das ocupações coletivas<sup>16</sup>, como sumarizadas na análise desta prática. As ocupações coletivas compreendem o envolvimento de coletivos em atividades para a criação e uso do espaço social, a fim de fortalecer a coesão de suas redes de forma transacional<sup>17</sup>, ou seja, entendendo que aquilo que as pessoas fazem em suas dimensões locais são um par indissociado – pessoa-espaço social.

Para Ramugondo e Kronenberg<sup>16</sup> as ocupações coletivas enquanto constituidoras do espaço social, como também criadas e transformadas pelo próprio espaço social, sofre influências do contexto global sócio-histórico-político envolvido. Isso compreende dizer que, no contexto de segregação espacial local experimentada pelo Quilombo do Jaó, o

envolvimento em ocupações, tanto individuais como coletivas se inserem em um tecido de estruturação racista.

Para os autores, uma das influências do contexto global que embarreira o envolvimento em ocupações coletivas, nos contextos locais, é o *apartheid* ocupacional, ou seja, a separação forçada das pessoas com as suas ocupações no espaço social, decorrente das estruturas e dinâmicas de subordinação e violência racial, étnicas, de gênero e todas outras que coloquem a diversidade da vida humana em questão.

Ainda, segundo os autores, é possível dizer que além do *apartheid* ocupacional, outras formas, funções e significados da ocupação são produzidos neste contexto como a privação e a alienação ocupacional. A primeira como a impossibilidade forçada de coletivos criarem, desempenharem e construírem sentidos de participação em suas atividades cotidianas; e a segunda, sobre a formação acrítica dos conteúdos culturais e intelectuais, enquanto habilidades necessárias para os coletivos tomarem consciência sobre aquilo que se faz, o como se faz e o porquê se fazem atividades no espaço social.

Neste sentido, as experiências de EDLP promovidas pela Terapia Ocupacional, tendo como finalidade a inclusão e participação dos moradores do Quilombo do Jaó na política de desenvolvimento e planejamento da cidade de Itapeva, por meio do Plano Diretor Participativo, permitiu, em alguma medida, que os embarreiramentos das ocupações tomassem consciência crítica e servissem de elementos para balizar e contextualizar a prática em desenvolvimento local, emergindo pautas específicas e acionando estratégias contextualizadas sob perspectivas comunitárias e do Direito à Cidade.

836

#### 4. SÍNTESE DAS CONSIDERAÇÕES

A Terapia Ocupacional, se balizada pelas políticas públicas urbanas como as previstas pelo Estatuto da Cidade, encontrará espaço de atuação nos organismos de planejamento urbano enquanto especialista da participação, criando estratégias que fomentem projetos de vida a partir de ocupações coletivas para o desenvolvimento e expansão das cidades.

**Referências**

1. Ávila VF. **Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógeno- emancipatório)**. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum, Soc. e da Saú. Univ. Fumec. Belo Horizonte. 2012, v. 9(12): 13-49. Disponível em <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1578> Acessado em: 05 jan. 2018.
2. Sen A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Cia. das Letras; 2000.
3. Correia RL; Costa SL; Akerman M. **Processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo**. Rev. Intern. Desenvolvimento Local. Campo Grande. 2017, v.18(3): 23-29. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i3.1526>
4. Brasil – Casa Civil (subchefia para assuntos jurídicos). **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto das Cidades**. Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.html) Acessado em: 05 jan. 2018.
5. Granovetter M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. Trad. Cristina Yamagami. Rev. Eletr. da Fundação Getúlio Vargas – RAE/FGV. 2007; v. 6(1), p. 1-41. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006>
6. Hartman A. **Diagrammatic assessment of family relationships**. Social Casework Journal. 1978, p. 465-476. DOI: <https://doi.org/10.1177/104438947805900803>
7. Hartman A. **Families in theory and practice**. Ohio. National Symposium of PhD Research in Social Work: College of Social Work – The Ohio State University. Columbus, 1986. In: [https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/32375/6/2\\_Hartman\\_paper.pdf](https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/32375/6/2_Hartman_paper.pdf) Acesso em: 12 mai. 2018.
8. Correia RL. **O uso do ecomapa na prática terapêutica ocupacional para o registro das percepções nas redes sociais de suporte**. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2017, v.1(1): 67-87. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/4263> Acessado em: 05 jan. 2018.
9. Lemieux V; Ouimet M. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa. Instituto Piaget/Epistemologia e Sociedade, 2004.
10. Afonso MLM; Abade FL. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Rede de cidadania Mateus Afonso Medeiros – RECIMAM. 2008. In:

<http://docplayer.com.br/9243390-Para-reinventar-as-rodas-maria-lucia-m-afonso-flavia-lemos-abade-rede-de-cidadania-mateus-afonso-medeiros-recimam.html> Acesso em: 12 de mai. 2018.

11. Silva Junior JR; Passos LA. **O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal**. Confederação Nacional de Municípios (CNM) e SEBRAE, Brasília, 2006. Disponível em:

<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/acoes-com-o-entorno/1244-o-negocio-e-participar-a-importancia-do-plano-diretor-para-o-desenvolvimento-municipal>

Acessado em: 05 jan. 2018.

12. Kanikadan AYS. **Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos de Mandira – SP e Campinho da Independência – RJ**. (tese de doutorado em Ciências). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06082014-155235/pt-br.php>

Acessado em: 05 jan. 2018.

13. Valladares LP. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

14. Monte-Mór RL. **Whats is the urban in the contemporary world?** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro. 2005, v.21(3): 942-948. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300030>

15. Brasil – Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília, CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2004. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/plano-diretor-participativo-guia-par-a-elaboracao-pelos-municipios-e-cidadaos/> Acessado em: 05 jan. 2018.

16. Ramundongo EL; Kronenberg F. **Explaining collective occupations from human relations perspectives: bridging the individual-collective dichotomy**. Journal of Occupational Science, Melbourne. 2013, 22(1):3-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2013.781920>

17. Cutchin MP; Dickie V. **Transacionalism: occupational science and the pragmatic attitude**. In: Whiterford G., Hocking C. Society, inclusion, participation: critical perspectives on occupational Science. Blackwell Publishing, West Sussex, 2013, p.23-37.

\* Este artigo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado defendida em março de 2017, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, da Faculdade de Medicina do ABC/Fundação do ABC. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina do ABC/Fundação do ABC, em 27 de abril de 2016, sob o nº 1.516.433.

**Contribuição das autoras:** **Ricardo Lopes Correia** foi responsável pela concepção do artigo, desenvolvimento e revisão. **Samira Lima da Costa** e **Marco Akerman** foram responsáveis pela orientação do estudo e revisão do material.

Submetido em: 09/01/2018

Aceito em: 25/06/2018

Publicado em: 31/10/2018